



A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

Mariza Roth¹

Antonio Alexandre Pereira Junior²

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo avaliar se práticas pedagógicas utilizadas por professores do Ensino Fundamental das Séries Finais condizem com a necessidade educacional de um aluno surdo. A pesquisa, com característica de investigação qualitativa e enfoque metodológico de estudo de caso, desenvolveu-se em uma escola pública da rede estadual de ensino. Para obter as respostas à questão, realizou-se um estudo com as três esferas da comunidade escolar, buscando a forma como se dá o processo de ensino aprendizagem de um educando surdo inserido em uma instituição escolar. Os resultados apontam para a necessidade de ressignificar o papel da escola para além do pedagógico, reconhecendo a diversidade de características do nosso alunado, para que assim possamos construir verdadeiramente uma escola inclusiva.

Palavras-chave: educação inclusiva, aluno surdo, prática pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira vem sofrendo profundas transformações que acabam por refletir fortemente na prática dos professores da educação básica, principalmente no que se refere à inclusão de alunos surdos no ensino regular da escola pública. Situações como estas geram muitas angústias no ambiente educacional. Desse modo, questionou-se os professores das séries finais do Ensino Fundamental das escolas públicas da rede estadual estão preparados para desenvolver uma prática pedagógica significativa com alunos surdos.

Sob a perspectiva de uma gestão escolar democrática, a partir da participação ativa e crítica de todos os sujeitos envolvidos no âmbito escolar, discutiu-se a proposta da educação inclusiva para alunos surdos tendo como ponto de partida as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula.

¹Graduação em Matemática UNICENTRO, Especialista em Formação de Recursos Humanos para Educação Básica - UNICENTRO e em Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico - Faculdade Guairacá.

² Graduado em Psicologia – UEM, Especialista em Psicopedagogia – UEM e Mestre em Educação – UNESP.

Mariza Roth

Antonio Alexandre Pereira Junior

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

Muito tem se falado sobre a inclusão no país nos últimos tempos, porém, enquanto teóricos e pesquisadores debatem sobre o tema, a escola vem encontrando sérias dificuldades para que ela se efetive. Para tanto, é necessário que haja uma mobilização por parte de todos os envolvidos com a educação, para que a escola inclusiva não seja só mais uma proposta distante das reais necessidades da população.

A inclusão social para Sasaki (1997) é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas as pessoas com necessidades especiais e estas possam assumir seu papel na sociedade. Logo, o principal objetivo desse processo é oferecer aos alunos com necessidades especiais os serviços de que necessitam e proporcionar aos professores a atualização das suas práticas pedagógicas.

A inclusão de um aluno surdo no ensino regular ainda é motivo de preocupação por parte de alguns professores. Embora as escolas já recebam estes alunos, o professor encontra muitas dificuldades em preparar uma aula inclusiva. Muitas dessas crianças ainda estão em sala de aula com atividades limitadas, decorrente da dificuldade que o professor tem em planejar os conteúdos e de comunicar-se com este 'aluno especial'.

O Censo Escolar 2008 revelou aumento no número de matrículas de alunos com necessidades especiais na educação regular. Hoje, 54% dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação estão matriculados no ensino regular, contrapondo a 46% de matrículas em classes especiais. Pode-se dizer que os dados da Secretaria de Educação Especial do Governo Federal não deixam dúvidas de que o movimento de inclusão no Brasil é irreversível (MEC, 2009).

Assim, torna-se necessário repensar as metodologias de ensino e as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores em seu cotidiano. Para que essa mudança ocorra efetivamente, é preciso colocar a teoria a serviço da prática direcionando-a de forma que realmente atenda aos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A audição é de grande importância para a comunicação humana, pois, o ouvido é responsável por captar e interpretar ondas sonoras, produzindo mensagens que se revertem em conhecimentos, possibilitando a criação e a ampliação de inúmeras habilidades desenvolvidas pelas pessoas.

O ouvido humano é composto por três partes: ouvido externo, ouvido médio e ouvido interno. O ouvido externo é constituído pelo pavilhão auricular denominado orelha, conduto auditivo externo e membrana timpânica, também chamada de tímpano, que separa o ouvido externo do ouvido médio. Já no ouvido médio encontram-se o martelo, a bigorna, o estribo e a tuba auditiva, pequenos ossos que ligam o ouvido à garganta (PARANÁ, 2004).

No ouvido interno existem órgãos altamente especializados como: a cóclea, canais semicirculares e o nervo auditivo. A cóclea é um órgão em forma de caracol onde estão presentes as células ciliadas com terminações nervosas capazes de converter as ondas sonoras em impulsos elétricos. Os canais semicirculares são responsáveis pelo equilíbrio do nosso corpo e o nervo auditivo faz a ligação das estruturas do ouvido aos centros auditivos do cérebro (GOTTI, 1992).

Mariza Roth

Antonio Alexandre Pereira Junior

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

Para Coll (2004, p.172), a “surdez é qualquer alteração produzida tanto no órgão da audição como na via auditiva”. Os problemas auditivos podem ocorrer antes do nascimento, durante o nascimento ou ao longo da vida.

Antes do nascimento (fase pré-natal), por problemas genéticos, doenças (rubéola, toxoplasmose, citomegalovírus), ou por tratamento da gestante com drogas que afetam a audição (drogas ototóxicas). No momento do nascimento da criança (fase peri-natal), por prematuridade (nascimento antes dos nove meses), por anoxia cerebral (falta de oxigenação do cérebro), ou devido a traumatismos de parto (uso de fórceps, imperícia ou parto prolongado). Ao longo da vida (pós-natal), por doenças (sarampo, caxumba, meningite), drogas, acidentes, exposição prolongada a barulhos excessivos e avanço da idade (BRASIL, 2001).

No que se referem às causas da surdez, estas também estão sujeitas à variação e podem ser de base hereditária ou adquiridas. Para Coll (2004, p.174), “a porcentagem de surdez hereditárias situa-se em torno de 30% a 50%, onde apenas 10% das pessoas surdas têm pais surdos”. A maior probabilidade de encontrar indivíduos com perdas auditivas se deve à surdez adquirida, ou seja, após o nascimento, decorrente de lesões ou outros problemas causados por doenças como rubéola, incompatibilidade de RH anoxia neonatal e outras.

Ao realizar uma breve retrospectiva histórica sobre a Educação Especial de alunos surdos, Souza (1998, p.14) aponta que esta:

(...) ocorreu em ambientes especiais, separados de crianças ouvintes, pelo menos para o ensino básico. Apenas eram encaminhadas para a escola comum aquelas crianças que se mostrassem aptas a acompanhar a rede regular de ensino, isto é, que tivessem adquirido uma fala boa e inteligível e tivessem também uma boa leitura labial, além de já estarem alfabetizadas. A esses surdos não era permitido usar qualquer gesto além dos naturais, com a justificativa de que esses acabavam por inibir a iniciativa, ou o desejo, da criança pela fala.

Até o final da década de 60, a oralidade se manteve dominante na educação de um aluno surdo. A língua de sinais, nesse período, era pouco utilizada, visto que os professores acreditavam que os surdos deveriam aprender a ‘falar’.

Devido ao fracasso dos resultados na educação dos surdos por meio do método oral, introduziu no Brasil, no final da década de 70, a comunicação total, que permitia ao aluno surdo a utilização de todos os recursos possíveis, tais como: mímica, gestos, língua de sinais, fala, leitura labial e leitura-escrita. Segundo Ciccone (1996) *apud* Lima (2004), cabe à criança surda “escolher” os recursos comunicativos apropriados a uma dada situação interlocutiva.

A educação de alunos surdos é uma temática que desperta grande interesse por parte dos estudiosos. As mudanças nos processos linguísticos, cognitivos e sociais desses alunos é uma grande preocupação dos pesquisadores, para Coll (2004, p.171):

Os antropólogos e os sociólogos estudaram principalmente as relações entre as pessoas, suas atitudes e os principais aspectos que caracterizam sua cultura. Os educadores refletiram sobre os processos de instrução e sobre as estratégias comunicativas mais adequadas à forma de aprender das pessoas surdas.

Mariza Roth

Antonio Alexandre Pereira Junior

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

Encontram-se algumas contribuições da educação escolar de surdos no ensino regular. Lima (2004, p.28-29) constata três fases distintas na educação de surdos:

A primeira fase é constituída pelo oralismo, uma abordagem educacional, que ainda continua sendo vislumbrada em muitos recintos escolares do mundo. O oralismo tem como objetivo precípua que o surdo assimile a linguagem oral. Embora ressalte que houve três abordagens distintas na história da educação de surdos, gostaria de salientar que essa divisão é apenas didática, pois as abordagens educacionais para surdos estiveram (estão) ao longo da história, por vezes, amalgamadas. Havia, no século XIX, ao mesmo tempo, discussões sobre o Oralismo na Alemanha e sobre o Gestualismo na França. Somente os debates é que aconteciam em espaços diferentes.

A segunda fase introduz a idéia da comunicação total. Esta é uma abordagem educacional que admite o uso de sinais com a finalidade de propiciar o desenvolvimento da linguagem da criança surda. No entanto, esses sinais são utilizados como uma "ponte" para a aquisição da língua oral. Os sinais são utilizados pelos profissionais que atuam com surdos, na escola, dentro da estrutura do português.

A terceira fase, em construção, é constituída pela chamada educação bilíngue. O bilingüismo é uma proposta de ensino que tem sido utilizada por escolas que se propõem tornar acessível ao surdo duas línguas, no espaço escolar: a língua de sinais e a língua portuguesa, em sua modalidade oral e/ou escrita.

A quem seja favorável ou contrário ao movimento de inclusão na educação de alunos surdos, a questão não implica apenas aos limites e capacidades deste indivíduo, mas sim aos preconceitos que ainda existem na sociedade. Mantoan (2003) ressalta a questão da eliminação das subdivisões entre o ensino regular e especial, pois, atualmente, eles se complementam. Logo, deve-se romper o currículo fragmentado e promover a socialização do aluno surdo com todos.

De acordo com Sasaki (1997, p.41), “a prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana e a aprendizagem através da cooperação”. Logo, a escola em seu contexto social, deve contemplar em seus espaços a diversidade, ou seja, ela não pode permanecer como um espaço social que não reflita o que realmente é a sociedade, pois, é dentro dela que se dá grande parte das aprendizagens humanas.

Em outras palavras, a criança surda entrará na escola, em uma turma do ensino regular, cabendo à escola e aos professores encontrar estratégias e práticas pedagógicas para desenvolver as necessidades específicas dele. Pode-se dizer, então, que a educação inclusiva propõe para à estrutura educacional diversos desafios, principalmente na formação dos professores, a estruturação dos métodos e recursos pedagógicos adequados às pessoas com necessidades educativas especiais.

De acordo com Mantoan (2008), o grande desafio da educação inclusiva não é atribuir uma identidade única aos seus educandos, sujeitos definidos pelos conceitos que regem a nossa sociedade do que é normal, habitual, e sim, proporcionar uma educação que respeite as diferenças existentes nestes sujeitos, valorizando-os em toda a sua diversidade.

Contudo, mudanças na estrutura das escolas deverão acontecer para que se possa realmente construir novas formas de educar. Acredita-se que a educação seja um processo

Mariza Roth

Antonio Alexandre Pereira Junior

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

em construção, tornando-se necessário delinear novos caminhos que levem ao atendimento desta diversidade, respeitando e valorizando todos os saberes.

Com a implantação da educação inclusiva, o desafio se torna ainda maior para os docentes. Amaral (2003, p.15) afirma que “a formação do educador frente às novas propostas de educação inclusiva aponta, pelo menos duas modalidades de capacitação profissional”, sendo que uma delas destina-se aos professores do ensino regular, com poucas informações e conhecimentos a Educação Especial e outra aos educadores com especialização na área.

Apesar dos grandes avanços na escola como eliminação das barreiras arquitetônicas, disponibilização de alguns materiais didáticos, tentativa na flexibilização do currículo, a comunicação para se trabalhar com essa clientela, ainda têm-se encontrado obstáculos na sua efetivação, tais como as práticas pedagógicas dos professores, a falta de formação e informação dos mesmos.

Entretanto, é imprescindível lembrar que de acordo com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Constituição Federal de 1988, as pessoas com necessidades educativas especiais possuem os mesmos direitos constitucionais como qualquer outro cidadão, inclusive lhes é assegurado um ambiente sadio e adaptado às suas necessidades inclusivas.

A LDB 9.394/96 é considerada como um dos mais importantes fatores para o primeiro passo para a inclusão no ensino regular destes indivíduos, à medida que gera a discussão da ordem vigente no sistema educacional. Pois, por meio da pressão de uma lei, as pessoas de certa forma são forçadas a saírem do comodismo, buscando novas alternativas para solucionar os problemas referentes ao ensino para todos.

Contudo, as leis podem criar resistências e controvérsias se considerarmos a realidade. Nessa perspectiva, Sasaki (1997, p. 145-146) afirma que “nem todas as leis são totalmente adequadas se considerarmos a evolução de conceitos e práticas sociais. Por isso, elas necessitam de revisões que, na maioria das vezes, são demoradas ou nunca acontecem”.

Segundo Mazzotta (2001), as antigas leis educacionais imprimem marcas que ainda hoje estão presentes nas propostas educacionais para os indivíduos com necessidades educativas especiais. Estas ‘marcas’ manifestam-se em um discurso ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que propõe o atendimento ‘integrado’ na rede regular de ensino, os órgãos públicos não oferecem nenhuma estrutura de apoio tanto para as instituições quanto para os profissionais.

Nessa perspectiva, a Constituição Federal de 1988, em seu Título III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar, no art. 4º inciso III (2000, p.41), afirma que os “educandos com necessidades especiais são aqueles que possuem necessidades incomuns e, portanto, diferentes dos outros alunos no que diz respeito às aprendizagens curriculares compatíveis com suas idades”. Em razão desta particularidade, estes alunos precisam de recursos pedagógicos e metodológicos próprios.

Em 1994 foi proclamada a Declaração de Salamanca, que reafirma o direito à educação para todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais. Em síntese, traz a seguinte exposição:

A educação integrada e a reabilitação apoiada pela comunidade representam dois métodos complementares de ministrar o ensino a pessoas com necessidades

Mariza Roth

Antonio Alexandre Pereira Junior

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

especiais. Ambas se baseiam no princípio de integração e participação e representam modelos bem comprovados e muito eficazes em termos de custos para fomentar a igualdade de acesso das pessoas com necessidades educativas especiais, que faz parte de uma estratégia nacional cujo objetivo é conseguir a educação para todos. (SASSAKI, 1997, p.120).

A legislação educacional brasileira fundamenta-se inicialmente, na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, identificada como Lei nº 4.024/61, que em seu artigo 88 estabelece que “a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação, a fim de integrá-los na comunidade”.

A Lei nº 5.692/71, substituta da anterior, identificada como Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, manteve o objetivo da anterior, ampliando o texto referente à educação especial, incorporando neste a integração dos deficientes, sem uma preocupação específica.

Conforme Francisconi (1994), foi a partir do referido Projeto de Lei, atualizado, melhorado, depois de muita discussão, que nasceu a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, quando foi sancionada pelo Presidente da República.

A atual LDB inovou em relação as anteriores, que apenas lançavam referências sobre o assunto. Utilizou-se de um capítulo inteiro com três artigos (58 a 60), que definem e traçam as diretrizes para a educação dos portadores de necessidades especiais.

Art. 58 – Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Desse modo, a Lei 9.394/96 reforça no Art. 58, o atendimento educacional a pessoas com necessidades especiais, ministrados preferencialmente em escolas regulares, estabelecendo que sejam criados serviços de apoio especializados, currículos adequados, recursos educativos que atendam as especificidades de cada aluno. Destaca-se, ainda, a necessidade de capacitar o corpo docente do ensino regular para o atendimento desses educandos.

Entretanto, torna-se necessário destacar que embora a legislação ofereça um respaldo, por si só ela não opera mudanças, nesse sentido, é evidente que necessita da ação humana para que as transformações aconteçam.

Para Stainback e Stainback (1999, p.21), “o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem sócio-econômica ou origem cultural, em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”. Para os autores:

O que está em questão no ensino inclusivo não é se os alunos devem ou não receber, de pessoal especializado e de pedagogos qualificados, experiências educativas apropriadas, ferramentas e técnicas especializadas, das quais necessitam. A questão está em oferecer a esses alunos os serviços dos quais necessitam, mas em ambiente integrado, e em proporcionar aos professores atualização de suas habilidades (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p.25).

Mariza Roth

Antonio Alexandre Pereira Junior

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

Dentro desta perspectiva de ensino inclusivo e partindo do pressuposto que a nossa sociedade é formada por uma variedade de seres humanos e que a escola é um contexto social, a não contemplar em seus espaços a diversidade. A escola não pode permanecer como um espaço social que não reflete o que realmente é a sociedade, pois, é dentro dela que se dá grande parte das aprendizagens humanas e como não aprender dentro dela a convivência com as diferenças.

No que diz respeito à complexidade do processo educativo inclusivo, tornam-se necessárias reflexões constantes, a fim de garantir profissionais mais críticos e capazes de trabalhar tanto individual, quanto coletivamente, superando barreiras e conquistando cidadania. Portanto, o eixo central da investigação é a prática pedagógica dos professores para um aluno surdo, bem como, a necessidade de um novo olhar para a o ensino destes alunos.

3 METODOLOGIA

3.1 Instrumentos

A pesquisa de caráter qualitativo de estudo de caso foi aplicada utilizando-se entrevistas com questões abertas a cada segmento da comunidade escolar, ou seja, os responsáveis pelo aluno surdo, o corpo docente e a equipe pedagógica. Partiu-se do princípio de que as questões foram respondidas com sinceridade e que, portanto, refletiram o que realmente os envolvidos pensam sobre o assunto.

Os professores responderam questões sobre sua prática pedagógica, sua metodologia, as principais dificuldades e quais mudanças achariam necessárias promover na escola. Já a pedagoga respondeu sobre como concebia a inclusão escolar, se o corpo docente e a escola estão preparados para atuar em uma sala de aula inclusiva e as principais barreiras que dificultam a inclusão escolar. Os pais responderam sobre questões específicas da deficiência do aluno, sobre a sua opinião acerca da escola, qual a função dos professores na vida dos mesmos, se esta tem cumprido essa função, sua participação nas decisões da escola e na vida escolar, o que mudariam na escola.

3.2 Participantes

A entrevista com os professores ocorreu durante as suas horas atividades em dias alternados. Os docentes de todas as disciplinas da turma em que o aluno estava matriculado foram entrevistados, ou seja, participaram da pesquisa os professores de Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Física, Inglês e Arte. Quanto ao gênero dos oito docentes, sete são do sexo feminino e apenas um do sexo masculino. A idade está compreendida entre 22 e 46 anos, perfazendo uma média de 36 anos.

Quanto à formação, a maioria dos docentes possui Curso Superior na disciplina que ministram suas aulas, exceto a disciplina de Arte. No que se referem às características dos educadores entrevistados o que chama atenção é o tempo de atuação no magistério, isto é, cinco possuem no máximo cinco anos de experiência profissional. A média do tempo de serviço é de 2 anos e 9 meses. Nota-se uma disparidade grande entre um dos professores que possui vinte e três anos de tempo de serviço e outro que possui apenas um ano.

Mariza Roth

Antonio Alexandre Pereira Junior

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

No que diz respeito aos cursos na área de educação especial e inclusiva, sete professores já fizeram alguma capacitação oferecida pela SEED. Destes, quatro possuem especialização na área. Dos oito professores apenas um não possui nenhum curso na área de educação especial.

E a coordenadora pedagógica da instituição, com quinze anos de atuação no Magistério, também possui Especialização em Educação Especial e, segundo ela, sempre se atualiza por meio das formações continuadas oferecidas pelo núcleo de Educação.

Para uma melhor interpretação do material coletado, buscou-se a responsável pelo aluno para se obter maiores informações sobre ele. A tia do aluno foi entrevistada em sua casa, visto que o aluno mora com a tia e a avó paterna, já que seu pai é caminhoneiro e o vê apenas nos finais de semana quinzenal e mensalmente.

O estudante em questão tem quatorze anos de idade e frequenta a sétima série do Ensino Fundamental de uma escola pública. Ele iniciou sua escolaridade aos seis anos. A surdez foi diagnosticada quando ele tinha aproximadamente quatro anos de idade, a partir daí ele passou a frequentar o centro de desenvolvimento para crianças surdas e a ter atendimento fonoaudiológico.

O aluno passou a estudar no ensino regular paralelamente com a classe especial para surdos a partir do Ensino Fundamental Séries Finais. Com relação a sua história de vida, o aluno vive com a avó paterna e uma tia, tendo em vista que aos oito anos de idade seus pais se separaram e sua mãe o abandonou. Segundo a tia, há outros casos de surdez na família.

No que diz respeito ao relacionamento deste aluno com a família, não existem maiores problemas já que este se mostra bastante expressivo e obediente. Tanto a avó como a tia utilizam-se da comunicação gestual para se comunicar com ele. Com relação à escolarização, o menino repetiu o ano na primeira e a quarta séries do Ensino Fundamental.

Na escola, possui uma boa comunicação gestual com os colegas, apresenta algumas dificuldades na língua escrita. Atualmente ele possui um bom domínio da linguagem brasileira de sinais – LIBRAS (tanto sinais quanto a conversação). Quanto às operações fundamentais, resolve facilmente, não demonstrando ter nenhuma dificuldade.

3.3 Procedimento metodológico

A presente pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública da rede estadual do município de Prudentópolis. O Colégio Estadual Barão de Capanema, localizado no centro da cidade, foi escolhido por ser considerado o maior do município, possui em torno de 1.500 alunos entre os turnos matutino, vespertino e noturno, sendo que mais da metade destes pertencem à zona urbana e o restante à zona rural.

Escolheu-se uma turma do Ensino Fundamental, composta por trinta e quatro alunos, sendo doze meninos e vinte e duas meninas, com faixa etária de doze a quatorze anos, pelo fato dela possuir um aluno surdo matriculado.

O primeiro passo foi uma visita à escola, contatando o gestor para explicar os procedimentos da pesquisa e solicitar participação da coordenadora pedagógica e corpo docente, conforme a concordância em relação à proposta, posteriormente obteve-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (de todas as pessoas participantes da pesquisa), de acordo com a resolução CNS 196/96. Após o consentimento, estabeleceram-se os locais e horários adequados para realização da pesquisa.

Mariza Roth

Antonio Alexandre Pereira Junior

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi o da entrevista semiestruturada com a família do aluno surdo, os docentes que ministram suas aulas nesta turma e a coordenadora pedagógica da instituição.

Para a análise e discussão dos dados, o primeiro passo foi a organização do material. Após a leitura foi realizada a organização formando categorias já que este procedimento é comum em pesquisas qualitativas, as categorias serão elencadas a partir de tópicos emergentes segundo critérios de relevância e de repetição.

Os resultados obtidos com a família, corpo docente e coordenadora pedagógica foram decodificados em cinco categorias que emergiram do material rescrito no diário de campo, cujo conteúdo principal contemplou os objetivos propostos. Portanto, o foco da pesquisa centralizou-se nas concepções da família e da escola acerca das práticas pedagógicas dos docentes no processo de inclusão escolar para com um educando surdo que frequenta o Ensino Fundamental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira categoria analisada refere-se de que forma a inclusão é concebida pelos docentes, cujo tema está relacionado à educação inclusiva. A segunda diz respeito aos recursos utilizados por eles em suas práticas pedagógicas. Já a terceira refere-se às dificuldades encontradas pelos educadores. A quarta identifica a linguagem predominante em sala de aula. E, na última categoria, discute-se a formação dos profissionais.

Categoria 1 – De que forma a inclusão é concebida

Para a família, a presença do sujeito pesquisado no ensino regular é uma conquista que auxiliou muito no desenvolvimento dele, pois, adquiriu novos amigos, passou a se socializar mais e ter contatos com diferentes pessoas. Segundo a tia, ele não é discriminado, pelo contrário é bastante “mimado” por todos. Nota-se um carinho especial para com ele dos colegas e professores da turma.

Para os professores, o processo de inclusão é um desafio. As falas dos professores revelaram que muitos deles tendem a isentar-se da responsabilidade neste processo e culpabilizar a instituição escolar, ou seja, é a escola que não está preparada para receber os alunos com necessidades educacionais especiais.

Dois dos professores entrevistados afirmam que o problema está na falta de capacitação e preparo dos professores: (P₁)³ “É difícil, pois, como a maioria dos professores não foram capacitados para trabalhar a inclusão, vamos procurando a melhor maneira de ensinar, apesar de não corresponder às expectativas dos alunos” (SIC). (P₂) “Não estamos preparados para realmente trabalhar com a inclusão” (SIC).

Ainda é importante destacar o depoimento da professora (P_C) que afirmou ter se apavorado quando soube que em sua turma havia um aluno surdo. Esta situação só vem confirmar o medo e a insegurança dos professores ao se verem frente a frente com esta realidade. É evidente que os professores desempenham um papel fundamental no processo inclusivo, mas eles precisam estar preparados e confiantes para o desempenho de

³ Os professores serão identificados como P₁, P₂ e assim sucessivamente.

Mariza Roth

Antonio Alexandre Pereira Junior

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

seu trabalho, por isso, devem ser oferecidos instrumentos necessários para que o desenvolvimento do seu trabalho seja eficaz.

A professora (P₁) argumenta que *a inclusão é um direito de todos, mas infelizmente está só no papel, pois na prática não funciona*, ou seja, para ela existe uma conscientização de que a forma como vem se desenvolvendo as aulas no ensino regular para alunos com necessidades educativas especiais não está bom, e, com isso, acaba implicitamente, criticando a prática pedagógica e confirmando a necessidade de uma formação continuada dos profissionais para desenvolver um trabalho significativo com esta clientela. Assim, as respostas confirmam o despreparo do professor do Ensino Fundamental sobre o assunto.

Já a concepção de inclusão da coordenadora pedagógica da escola, tende a ressaltar uma visão legalista e ideológica, pois, ela afirma que: *“a inclusão não é a favor das pessoas com deficiência e sim um direito amparado por lei⁴. Logo, temos que nos adaptar para efetivar essa mudança”* (SIC). Em outras palavras, o discurso da coordenadora pedagógica é bastante teórico, como se a efetivação da escola inclusiva fosse acontecer do dia para a noite, sendo a obrigação dos profissionais da educação em se adaptar a esta mudança. É evidente que não, o processo de inclusão obteve grandes melhorias ao longo dos últimos anos, no entanto, ainda não é suficiente, torna-se necessária união por parte de toda a comunidade escolar em busca de ações concretas que realmente tragam melhorias significativas para a aprendizagem de alunos especiais.

Categoria 2 – Recursos pedagógicos utilizados

A responsável pelo aluno não respondeu a essa questão. Quando questionados sobre a sua prática pedagógica, todos os professores disseram que procuram mudar sua metodologia para atender ao aluno surdo. Em outras palavras, a educação inclusiva deve ter como ponto de partida o cotidiano, onde os alunos com necessidades educativas especiais ou não, precisam aprender, ter acesso ao conhecimento, à cultura e se desenvolver tanto no aspecto pessoal quanto social.

Com relação aos recursos que utilizavam em sala de aula, seis (06) dos professores, apesar de acharem a inclusão burocrática, fazem o possível para ensinar o aluno. Estes professores buscam a partir das situações cotidianas das suas disciplinas, trazer o aluno o mais próximo possível, falar pausadamente, gesticular sempre e utilizar imagens e materiais concretos que facilitem o entendimento desse aluno, buscando melhorar o seu rendimento.

Outra estratégia citada pelos professores foi de explicações para o grande grupo no campo visual do aluno e explicações individuais para o aluno surdo, assim como, o auxílio dos colegas ouvintes nas interpretações para as atividades em grupo.

A metade dos professores indicou que utilizavam avaliações e atividades diferenciadas com este aluno, isto é, provas e exercícios ilustrados com desenhos e imagens. Os dados sugerem que a organização do ensino de algumas das disciplinas conta com o uso de imagens para que o aluno surdo tenha acesso ao conteúdo curricular em estudo.

Uma das contradições a ser destacada nos argumentos dados pelos professores diz respeito à leitura labial. O fato de sugerir que o surdo seja alocado em sala de aula de modo que lhe seja possível acompanhar os movimentos orofaciais do professor e de seus colegas,

⁴ Grifo do autor.

Mariza Roth

Antonio Alexandre Pereira Junior

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

gera uma situação constrangedora principalmente quando se associa o acompanhamento de tais movimentos como uma estratégia de aprendizagem, ou ainda, como um instrumento de superação da própria surdez.

Em geral, alguns dos professores, acreditam, ingenuamente, que ele apenas necessita ler os lábios das pessoas para, automaticamente, compreender a língua falada. É a partir destas falas dos professores que nota-se um desconhecimento acerca da surdez, pois, de acordo com Lima (2004), o surdo mesmo que desenvolva uma boa proficiência em leitura labial, não conseguirá captar, de forma cabal, palavra por palavra.

Verifica-se também a ausência do comprometimento de alguns professores mediante ao depoimento da professora (P₃) que afirma: *“minhas aulas são bastante expositivas, na medida do possível procuro mostrar gravuras sobre determinado conteúdo, mas sou sincera em dizer que não sei como trabalhar com o G”* (SIC). A professora de Inglês disse que: (P₁) *“a minha disciplina de Língua Estrangeira é complicada, pois exige bastante a oralidade e pronúncia. No caso do aluno G, ele apenas copia do quadro e, infelizmente não sei como trabalhar com ele. Sempre uso o quadro de giz”* (SIC).

Outro depoimento que merece destaque é o da professora P₅ que disse: *“nas minhas aulas, ele não aparenta ter muita dificuldade, sempre os seus colegas o auxiliam, traduzindo o que estou falando. Na verdade, às vezes esqueço que ele é surdo, já me peguei usando o apito para chamá-lo”* (SIC). Surge a partir desse depoimento a situação da interação dos colegas com este aluno. Segundo a professora, os demais alunos o vêem como uma pessoa que possui uma limitação e não incapacitado e, procuram ajudá-lo sempre que necessário, confirmando que a relação do aluno surdo com os colegas é ótima.

Em outras palavras, o comportamento dos alunos ouvintes em relação ao aluno surdo é de acolhimento, o ambiente da sala de aula é descontraído, os colegas se comunicam com ele por meio de mímicas, sinalizações e escrita. E, segundo a professora anteriormente citada, não se verifica a existência de preconceito para com o aluno.

A coordenadora pedagógica afirmou que, apesar de não estar em sala de aula, busca sempre conversar e auxiliar os professores a encontrarem novas estratégias de aprendizagem para se trabalhar com o aluno. Nota-se mais uma vez um discurso utópico distante das reais necessidades tanto dos professores quanto do aluno.

Categoria 3 – Linguagem predominante

De acordo com Lima (2004), o surdo, como qualquer outro indivíduo, necessita da exposição a uma língua que possa ser construída por meio da interação social. Nessa perspectiva, a língua não é algo que a criança aprende por meio da imitação. Pelo contrário, a autora chama a atenção para a importância do papel ativo da criança no fluxo dinâmico da comunicação.

O que significa que o processo pelo qual tanto a criança ouvinte quanto a surda adquire sua língua materna é um processo de integração, ou seja, a aquisição de uma língua seja ela oral ou gestual não se dá espontaneamente. Nesse sentido, os argumentos giram em torno da defesa na aquisição de duas línguas por parte do surdo: língua de sinais como materna e o português como segunda língua.

A primeira língua a que essas crianças são expostas é a linguagem oral, uma vez que seus responsáveis são usuários dessa língua. A língua de sinais é a língua materna de crianças surdas cujos pais também são surdos. O que não ocorre com o sujeito da pesquisa.

Mariza Roth

Antonio Alexandre Pereira Junior

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

Filho de pais ouvintes, o aluno em questão, que mora com sua avó paterna, uma tia e um irmão, teve como linguagem materna aprendida por a comunicação gestual, e posteriormente, a escrita aprendida na escola (LIMA, 2004).

A aprendizagem de um aluno surdo implica na utilização de diferentes sistemas de comunicação, tais como a fala/leitura labial, escrita/leitura, recursos auditivos e linguagem de sinais, que busquem ampliar a possibilidade de desenvolvimento linguístico e cognitivos dos surdos. Normalmente, o sistema bi modal de comunicação (linguagem gestual/visual) é utilizada pelos professores, simultaneamente com a língua falada.

A partir das respostas dadas pelos professores, percebe-se que todos docentes utilizam-se de gestos para se comunicar com o aluno, apenas uma professora que possui curso de Libras e utiliza também a linguagem de sinais para se comunicar com o aluno.

A comunicação do aluno surdo com os professores e colegas é predominantemente gestual e escrita. Na medida do possível, os professores afirmam que oportunizam ao aluno surdo a apropriação da leitura labial, dando explicações dos conteúdos de forma clara, objetiva e lenta. Primeiramente, as explicações ocorrem para o grande grupo, sempre olhando para o aluno surdo, posteriormente, é dada uma atenção individual, isto é, uma explicação detalhada do conteúdo em sua carteira.

Já o uso da leitura labial é tida como uma estratégia complementar que subsidia a comunicação entre o aluno surdo e os professores ouvintes, já que a maioria destes docentes desconhecem a linguagem brasileira de sinais. Porém, não se pode esquecer que a mera “leitura labial” de uma palavra não garante ao surdo a compreensão do que está sendo enunciado.

Entretanto, uma das professoras afirmou que o aluno em questão aprendeu facilmente a língua de sinais (já que é seu aluno no CAEDA – Centro de Atendimento Educacional ao Deficiente Auditivo), ao contrário da Língua Portuguesa, onde ele apresenta muita dificuldade, e diz que para ela é muito difícil ensinar outra língua. Logo, para ele LIBRAS é um bom método comunicativo.

Portanto, os resultados evidenciam a falta de conhecimento de estratégias pedagógicas para a surdez e o domínio de LIBRAS por parte dos professores, visto que os docentes ainda possuem uma compreensão reducionista sobre o processo de ensino aprendizagem.

Categoria 4 – Dificuldades encontradas

Para a família, a principal dificuldade é a comunicação, inúmeras vezes a tia e a avó não conseguiram auxiliar o aluno nas tarefas escolares, por não encontrarem formas para explicar tal atividade. Ou seja, a comunicação entre família/aluno/escola é bastante falha, no sentido de que muitas vezes, as atividades são encaminhadas para casa sem a devida explicação individual ao aluno.

Já por parte dos professores, a maioria afirmou que as principais dificuldades eram a falta de materiais didáticos, a quantidade de alunos em sala de aula, a falta de capacitação dos profissionais da educação e, principalmente, a falta de um intérprete que acompanhe o aluno são os principais obstáculos que impedem a efetivação do processo de inclusão na opinião dos docentes.

Mariza Roth

Antonio Alexandre Pereira Junior

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

Alguns professores destacaram as dificuldades encontradas ao ministrar as aulas da sua disciplina, isto é, a dificuldade em encontrar formas para transmitir o conteúdo para o aluno surdo, conforme mostra o depoimento da professora P₆:

“A maior dificuldade é ensinar o português: suas regras e como se escreve, já que essa disciplina necessita do som, as letras possuem som. Sempre há a necessidade de retomar as aulas anteriores, pois, o aluno surdo sempre esquece as regras. Algo que não acontece com a língua de sinais – LIBRAS, onde esse aluno domina muito bem e aprende uma única vez sem precisar retomar o assunto. Dificuldade esta que em ciências, história e geografia pode ser superada, pois esses alunos gravam bem as imagens e compreendem através delas um determinado assunto” (SIC).

Com base nas respostas obtidas, constata-se a necessidade de mudanças no contexto escolar para receber os alunos especiais, pois, uma escola inclusiva exige preparo e envolvimento de seus profissionais, projetos educacionais mais completos, capacidade de adaptação do currículo às necessidades específicas dos alunos e maior provisão de recursos educacionais.

Os alunos surdos não contam com recursos específicos, com intérpretes, e professores devidamente preparados. Essas falhas atentam contra os direitos da pessoa com necessidade especial e contra os princípios da inclusão social e escolar, conforme são propostas pelos documentos oficiais que tratam da inclusão desses alunos na escola regular brasileira.

A resposta referente à questão dada pela coordenadora pedagógica cita exclusivamente a falta de preparo dos professores e a falta de conhecimento da língua de sinais como um dos aspectos que causa dificuldade no processo de aprendizagem. Nota-se um discurso que responsabiliza apenas os professores pelo fracasso da inclusão, retirando do sistema de ensino e das políticas públicas qualquer culpa.

Diante de todas as respostas, é evidente que as dificuldades encontradas por parte de toda a comunidade escolar diante da inclusão de um aluno surdo são muitas, porém, de nada adianta identificar ou culpabilizar os responsáveis sem realmente propor ações práticas que superem tais dificuldades.

Categoria 5 – Formação dos profissionais

Destaca-se como um aspecto fundamental a formação continuada dos professores diante da proposta da escola inclusiva. Formação esta que contemple cursos, seminários, debates, grupos de estudos em relação à própria atuação. E, a inserção da linguagem de sinais nos espaços escolares, deixando de ser utilizada apenas pelo intérprete ou pelo professor ouvinte.

De acordo com a responsável pelo aluno, “*os professores fazem o que podem*”, ela admite que seja difícil para os professores ter um aluno especial em uma sala com quarenta alunos. E, conclui dizendo que cabe ao sistema público de ensino melhorar as condições de trabalho para os professores, oferecendo cursos de capacitações para se trabalhar com alunos surdos.

Para os professores pesquisados, o ensino para os alunos com necessidades educativas especiais, principalmente o aluno surdo, exige conhecimentos e experiências que eles ainda não adquiriram na formação inicial e isso representa uma condição necessária e imprescindível para que a inclusão possa acontecer. Sentem-se despreparados

Mariza Roth

Antonio Alexandre Pereira Junior

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

e reclamam uma especialização. Porém, acreditam ser de responsabilidade dos órgãos públicos proporcionarem ou subsidiarem financeiramente essa formação.

Por outro lado, os cursos de formação de professores especializados, cuja tendência atual é de que sejam em nível de pós-graduação (lato sensu), também deverão rever seus conteúdos, de forma a fazer frente às novas propostas de atendimento, devendo oferecer aprofundamento de conteúdos nas áreas e grupos de alunos atualmente caracterizados como tendo necessidades educacionais especiais.

Para a coordenadora pedagógica, a formação continuada deve partir do próprio professor, é ele quem deve buscar capacitação. *“De nada adianta as políticas públicas oferecerem cursos se o professor não está nem aí, não quer sair da zona de conforto resultante de anos de sala de aula”.*

Sendo assim, o medo, o despreparo e a insegurança estão presentes nas práticas dos professores para com um aluno surdo. Logo, torna-se necessário que todos os profissionais da educação busquem informações e conhecimentos acerca da surdez antes de possuir um aluno surdo em suas turmas, para que posteriormente, tendo informações sobre o problema possam criar estratégias concretas que melhorem o processo de aprendizagem dessa clientela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das discussões contidas no presente estudo, muitas reflexões podem ser destacadas. Na visão da família, a presença do aluno surdo no ensino regular trouxe inúmeros benefícios para ele, dentre eles destaca-se a comunicação e socialização que foram aspectos marcantes do seu desenvolvimento. Ressaltam ainda que a partir do momento que o aluno passou a frequentar a escola regular ele se aceitou mais, conquistou novas amizades e se desenvolveu mais.

No que se refere ao grupo dos professores, um dos aspectos positivos a ser destacado refere-se à conscientização destes a cerca da inclusão e a necessidade de capacitação. Foi possível perceber a preocupação dos docentes no que se refere ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, notou-se um aspecto presente e importante que está relacionado à formação dos professores, seja por exigências da nova legislação ou mesmo pela realidade, a qual não se tem mais como ignorar, a presença destes alunos na escola regular.

Porém, os resultados apontam para o aspecto negativo do pouco conhecimento e informação destes professores sobre a surdez e, principalmente as estratégias metodológicas de ensino para o trabalho pedagógico com os alunos com necessidades educativas especiais, a situação apresenta-se como algo não concreto e real que se impõe ao dia a dia de nossas escolas.

É possível observar que a prática dos professores está longe de ser ideal, principalmente em função do que afirmam nas entrevistas, visto que alguns dos professores não utilizam uma metodologia adequada para trabalhar com o estudante pesquisado, isto é, eles não possuem uma formação que lhes proporcione ou lhes dê subsídios para desenvolver um trabalho mais adequado, só observa-se a boa vontade.

Percebe-se na visão da pedagoga, a formação dos professores parece não corresponder às necessidades práticas dos alunos com necessidades educativas especiais, mesmo aqueles que possuem cursos na área de Educação Especial, mostraram-se inseguros

Mariza Roth

Antonio Alexandre Pereira Junior

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

diante de tanta diversidade. Pode-se dizer que é compreensível a sensação de insegurança diante do novo e do diferente, no entanto, pode-se afirmar que o despreparo do professor é um fato gerador das dificuldades de efetivação no processo inclusivo.

Para a coordenadora pedagógica uma das principais barreiras que a escola inclusiva vem enfrentando são as práticas pedagógicas dos professores, pois, apesar de se realizarem cursos e especializações, o trabalho desenvolvido com alunos com necessidades especiais continua sendo teórico, ou seja, os professores até sabem o que fazer, mas não sabem como fazer. Daí a urgente necessidade de se capacitar de forma ‘concreta’ os professores para atuarem significativamente na escola inclusiva.

Porém, é ilusório acreditar que somente o professor está despreparado, é necessária uma urgente ampliação de espaços dentro da formação docente, que permitam o desenvolvimento de práticas pedagógicas contínuas, conteúdos, atitudes e valores que busquem minimizar a desigualdade e a injustiça social e indique, principalmente, o caminho adequado para se trabalhar com alunos que possuem necessidades educacionais especiais.

Desse modo, os profissionais da educação devem ter conhecimento das características do processo inclusivo, suas possibilidades e suas dificuldades. Assim, para que a inclusão ocorra efetivamente, torna-se necessário vencer os obstáculos que existem no cotidiano escolar, não deixando que o desânimo impeça de buscar alternativas que visem a real inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais. Conclui-se, então, acreditando que a inclusão escolar deve ser escrita por cada escola para cada um de seus alunos, em um ambiente acolhedor com um currículo flexível que envolva todos os profissionais da educação.

Portanto, para que realmente ocorram as mudanças no âmbito educacional, principalmente às relacionadas à inclusão, torna-se necessário investir na capacitação dos profissionais, isto é, proporcionar formação aos professores que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, para que estes possuam condições reais de desenvolver um trabalho pedagógico eficiente com os alunos com necessidades especiais, independentes da necessidade especial desse aluno. Só assim, pode-se dar o primeiro passo para a transformação educacional que atualmente se faz necessária.

Logo, a capacitação do docente não deve se restringir apenas a uma mera atualização científica dos conteúdos formais da sua disciplina, e sim que eles aprendam a lidar e a se adaptar a esta nova realidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Denise. **Paradigmas da inclusão**: uma introdução. Bauru: Edusc, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. Lei nº 4.024/61. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial, 21 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/conade2.htm>>. Acesso em 05 maio 2009.

Mariza Roth

Antonio Alexandre Pereira Junior

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

_____. Lei nº 5.692/71. **Lei das Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus**. Brasília: Diário Oficial, 12 de agosto de 1971. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/conade2.htm>>. Acesso em 05 maio 2009.

_____. Lei nº 9.394/96. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/conade2.htm>>. Acesso em 05 maio 2009.

_____. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

_____. Resolução CNE/CEB n.2. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília/DF, 2001.

CARTILHA. **O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino**. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília/DF, 2003.

CENSO ESCOLAR 2008. **Educação Especial**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 07 de maio de 2009.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1994.

FRANCISCONI, Ângela Moroy. **Integração das pessoas portadoras de deficiência**. Londrina: UEL, 1994.

GOTTI, M.O. **Português para deficientes auditivos**. Brasília: EdUnb, 1992.

LIMA, Maria do Socorro Correia. **Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito**. Dissertação de Mestrado. Campinas, 2004.

MANTOAM, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil História e Políticas Públicas**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Boletim Informativo**. Curitiba, 1994.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Mariza Roth

Antonio Alexandre Pereira Junior

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO DE UM ALUNO SURDO

SOUZA, R.M **Que palavra te falta?** Linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PEDAGOGICAL PRACTICE TEACHER OF A PUBLIC SCHOOL FOR THE DEAF EDUCATION OF A STUDENT

This study aimed to evaluate if pedagogical practices used by teachers of the last series of elementary school meets the educational needs of a deaf student. The research, with characteristics of qualitative research and methodological approach of case study, was developed in a public school. To get the answers to the question, there was a study of the three levels of the school community, seeking for the way it is the teaching-learning process of educating a deaf inserted in a regular school. The results indicate the need to reframe the role of schools in addition to teaching, acknowledging the diverse characteristics of our students, so we can build a truly inclusive school.

Keywords: inclusive education, deaf students, teaching practice

Recebido em 29 de abril de 2010; aprovado em 12 de junho de 2010.